



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU • QUINTA-FEIRA, 21.2.2013

Depois que o **Ministério Público Estadual (MPE)** divulgou o pedido de interdição dos mercados centrais de Aracaju, os comerciantes estão receosos com os prejuízos que com certeza terão. Para evitar maiores problemas, os vendedores pedem que, caso o lugar venha mesmo a ser fechado, a reforma seja realizada por partes. “Eu tenho consciência que o mercado esta precisando mesmo de uma reforma, a gente também quer isso, mas o **Ministério Público** precisa entender que a gente vive do nosso trabalho aqui no mercado. Se eles interditem onde vamos trabalhar? Como iremos passar tanto tempo, pois uma reforma não vai demorar menos de seis meses. E vamos ficar sem trabalho? Eles precisam pensar primeiro num lugar para nos colocar”, pontua o comerciante Edvaldo de Oliveira, que há 14 anos trabalha no mercado.

Segundo o vendedor, essa interdição é um absurdo, pois nesses 15 anos de funcionamento do local *nenhuma* reforma ou melhoria foi feita, mas agora querem resolver todos os problemas de uma só vez. “Quantos anos tem que os mercados foram inaugurados? Quantos anos tem que os problemas se multiplicam aqui e ninguém faz nada? Pois a não ser pela limpeza realizada no ano passado, nenhuma melhoria foi feita ate hoje, mas agora de uma hora para outra querem resolver todos os problemas acumulados de uma só vez. Isso não existe”, reclama Edvaldo.

Revoltada, a verdureira Josefa Santana, que há 50 anos vive das vendas de sua pequena barraca, pede que as autoridades responsáveis sejam solidárias com as necessidades dos comerciantes. “O governo vai dar de comer a gente? Vai oferecer algum auxilio? Agente tem família, não pode simplesmente ficar parado, sem trabalho. Eu mesma se fechar isso aqui vou vender na rua, pois tenho contas a pagar”, reclama.

Ainda de acordo com a vendedora, decisões como esta precisam ser conversadas, para que nenhuma das partes seja prejudicada. “Estar aqui é um direito nosso, bem como é uma obrigação do Estado realizar reformas e melhorias, mas fazer isso apenas com ação judicial e ainda colocando todo mundo pra fora é desumano. Quando fechamos oito dias o nosso prejuízo já

foi grande, imagine com tempo indeterminado. A minha venda aqui é pouca, mas e quem tem banca grande? De carne, de peixe vai fazer o que? Vai ser guerra mesmo, por que o povo não vai ficar calado”, avisa Josefa.

Mas se engana que os únicos prejudicados com a possível interdição serão os comerciantes.

Caso as portas dos mercados sejam fechadas por determinação judicial, centenas de compradores precisarão se virar para conseguir comprar aquilo que precisam. “Muitas pessoas, assim como eu, fazem suas compras diariamente nos mercados. Eu tenho um pequeno restaurante e todos os dias tenho que vir logo cedo providenciar

verduras e carne frescas para servir. Se fechar aqui como é que nós vamos ficar? Sei que uma providência tem que ser tomada, mas fechar de uma hora pra outra não é a solução”, acredita a microempresária Maria Adenoalda dos Santos.

#### Tramitando

**R**esponsável pelo ajuizamento da ação, o **promotor Daniel Carneiro Duarte** alegou, em entrevista a uma rádio da capital, que essa é uma ação maior, e que o que se pretende com ela é promover a segurança alimentar em Aracaju. “Em todos esses lugares, supermercados, feiras-livres e mercados, foi constatado pela fiscalização a ausência de condições sanitárias e de higiene adequadas, além de produtos sendo comercializados de forma indevida, como carnes, aves e peixes sendo sem qualquer tipo de refrigeração. Isso não pode acontecer. O que pretendemos é assegurar a qualidade das compras e das instalações de venda”, explica o **promotor**.

Ainda de acordo com **Daniel Carneiro**, o problema nos mercados é muito mais grave do que muitas pessoas pensam. “A limpeza feita no local foi apenas um paliativo. O problema do mercado é estrutural, e hoje os mercados não têm condições de funcionamento. As bancas estão totalmente fora dos padrões da vigilância sanitária, os animais vivos são vendidos próximo das carnes e hortifrúteis, o que gera contaminação cruzada. Ou seja, uma série de problemas que precisa ser resolvido com urgência. Sendo que entre os mais absurdos estão a ausência dos licenciamentos sanitário e animal, além de problemas sérios com os preventivos de incêndio comprovado pelo Corpo de Bombeiros”, lamenta o **promotor Daniel Carneiro**.

“É importante frisar também que o **Ministério Público** não tem o interesse de prejudicar ninguém, muito menos de gerar o desabastecimento da cidade. Nossa função é garantir os direitos da sociedade, mas ao lado do direito do comerciante ganhar sua vida, esta o direito do consumidor de comprar produtos que estejam de acordo com os padrões de salubridade”, complementa o **promotor**.